



Diário Oficial

DO ESTADO DO PARÁ

ORDEM E PROGRESSO

ANO LXI — 65.º DA REPÚBLICA — N. 17.279

BELEM — SEXTA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 1953

PORTARIA N. 48 — DE 25 DE MARÇO DE 1953
O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições, RESOLVE:

Mandar servir, até 31 de dezembro de 1953, na Secretaria de Educação e Cultura, Lucimar Cordeiro de Almeida, Escriturário — classe J, do Quadro Único, lotada na Secretaria de Obras, Terras e Viação.

Registre-se, cumpra-se e publique-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 25 de março de 1953.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado

PORTARIA N. 49 — DE 25 DE MARÇO DE 1953
O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições, RESOLVE:

Designar o Dr. José Flávio Maroja, ocupante do cargo de Consultor Jurídico — padrão T, do Quadro Único, lotado no Departamento de Assistência aos Municípios, para proferir pareceres nos processos de compra de terras que se encontram pendentes, na Secretaria de Obras, Terras e Viação, durante o impedimento do titular Dr. Claudio Mota de Borborema, que se encontra em goso de ferias regulamentares.

Registre-se, cumpra-se e publique-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 25 de março de 1953.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA
DECRETO DE 24 DE MARÇO DE 1953

O Governador do Estado: resolve conceder, de acordo com o art. 169, do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, a Henrique Manoel de Oliveira Santos, ocupante do cargo, em comissão, de Subdelegado — padrão O, do Quadro Único, lotado nas Delegacias Policiais, 6 meses de licença sem vencimentos, para tratar de interesses particulares, a contar de 24 de março a 24 de setembro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 24 de março de 1953.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado
Daniel Coelho de Souza
Secretário de Estado do Interior e Justiça

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E FINANÇAS
DECRETO DE 19 DE MARÇO DE 1953

O Governador do Estado: resolve nomear, nos termos do art. 15, item II, do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, Clelia Abdeinor para exercer o cargo de Dactilógrafo — padrão G, do Quadro Único, lotado no Serviço de Classificação

ATOS DO PODER EXECUTIVO

e Fiscalização de Produto, vago com a nomeação de Maria de Nazaré Brandão Lima, para o cargo de Oficial Auxiliar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 19 de março de 1953.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado
Stélio de Mendonça Maroja
Secretário de Estado de Economia e Finanças

DECRETO DE 20 DE MARÇO DE 1953

O Governador do Estado: resolve nomear, nos termos do art. 15, item II, do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, Risoleta Soares Carneiro, para exercer, o cargo de Oficial auxiliar — padrão L, do Quadro Único, lotado no Departamento de Receita, vago com a transferência de Vespertina Moreira da Silva para o cargo de Escriturário, classe L, do Quadro Único, lotada no mesmo Departamento.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 20 de março de 1953.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado
Stélio de Mendonça Maroja
Secretário de Estado de Economia e Finanças

DECRETO DE 20 DE MARÇO DE 1953

O Governador do Estado: resolve transferir, "ex-officio", de acordo com o art. 86, item II, do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, Vespertina Moreira da Silva, ocupante do cargo de Oficial auxiliar — padrão L, do Quadro Único, lotada no Departamento de Receita, para o cargo de Escriturário, classe L, lotado no mesmo Departamento, vago com a exoneração, a pedido, de Henrique Porto Neves.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 20 de março de 1953.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado
Stélio de Mendonça Maroja
Secretário de Estado de Economia e Finanças

DECRETO DE 24 DE MARÇO DE 1953

O Governador do Estado: resolve nomear, nos termos do art. 15, item I, do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, Francisco Soares para exercer o cargo, em comissão, de Diretor — padrão U, do Quadro Único, lotado no Matadouro do Maguari, vago com a demissão de Raimundo Pantoja de Miranda.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 24 de março de 1953.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado
Stélio de Mendonça Maroja
Secretário de Estado de Economia e Finanças

DECRETO DE 24 DE MARÇO DE 1953

O Governador do Estado: resolve nomear, nos termos do art. 15, item II, do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, Clelia Abdeinor para exercer o cargo de Dactilógrafo — padrão G, do Quadro Único, lotado no Serviço de Classificação

DECRETO DE 25 DE MARÇO DE 1953

O Governador do Estado: resolve conceder, de acordo com o art. 160 do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, a Gaspar Benedito Alves, ocupante do cargo de Escrivão de Coletoaria — padrão D, do Quadro Único, lotado na Coletoaria de Icoaraci, 90 dias de licença, em prorrogação, para tratamento de saúde, a contar de 27 de janeiro a 27 de abril do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 27 de março de 1953.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado
Stélio de Mendonça Maroja
Secretário de Estado de Economia e Finanças

DECRETO DE 25 DE MARÇO DE 1953

O Governador do Estado: resolve conceder, de acordo com o art. 160 do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, a Georgez Barata Magalhães Costa, ocupante do cargo de Diretor — padrão L, do Quadro Único, lotado no Grupo Escolar da Capital, 60 dias de licença, para tratamento de saúde, a contar de 16 de fevereiro a 16 de abril do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 25 de março de 1953.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado
Stélio de Mendonça Maroja
Secretário de Estado de Economia e Finanças

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA

GABINETE DO SECRETÁRIO

Despachos proferidos pelo Sr. Dr. Secretário de Estado.

Em 21/3/53

Telegrama:

N. 395, de José Augusto Senra de Andrade - Tucuruí (autos de sindicância policial procedida "in-loco", em torno das ocorrências verificadas na cidade de Tucuruí, em 13 de novembro do ano p. p. e relativas à prisão do ferroviário José Barbosa da Silva) —

Cumpre-se a determinação constante do item b) do despacho retro, prejudicada como está a providência determinada no item a), por já cumprida.

Em 23/3/53

Peticões:

0144 — Newton Soares, proprietário de Alfaiataria "Suzana", nesta cidade (remessa de conta para efeito de pagamento) — Encaminhe-se.

0262 — João Sousa Guimarães, Prefeito em S. Sebastião da Boa Vista (autos de inquérito instaurado pelo Sr. José Maria da Sil-

va, 1.º suplente em Muaná, contra Osvaldo José da Silva, soldado) — Dispõndo o art. 85, citado, sobre exclusão de praça por motivo distinto do que é objeto do presente expediente cujos termos melhor se enquadrariam no art. 86, volte o expediente à P. M., para que sejam prestados melhores esclarecimentos sobre o assunto.

Ofícios:

N. 78, da Prefeitura Municipal de Belém, anexo cópia do ofício n. 13, do Superintendente dos Mercados e Feiras livres desta Capital, sobre os incidentes havidos no mercado de Batista Campos) — Ao Gabinete do Governador.

N. 105, do Departamento de Assistência aos Municípios (verificando sobre as escolas construídas e ainda não em funcionamento, neste Estado) — Ciente. Volte ao Departamento de Assistência aos Municípios, para arquivamento.

N. 518, do Delegado Regional do Trabalho, neste Estado — M. T. I. C. (acusando o recebimen-

GOVERNO DO ESTADO DO PARA

Governador:

General de Divisões ALEXANDRE ZACARIAS

DE ASSUMPOAÇO

Secretário do Interior e Justiça:

Dr. DANIEL COELHO DE SOUZA

Secretário de Economia e Finanças:

Dr. STÉLIO DE MENDONÇA MAROJA

Secretário de Saúde Pública:

Dr. EDWARD CATETE PINHEIRO

Secretário de Obras, Terras e Viação:

Dr. CLAUDIO LINS DE V. CHAVES

Secretário de Educação e Cultura:

Respondendo pelo expediente

JOSÉ CAVALCANTE FILHO

• • •

As Reparações Públicas deverão remeter o expediente destinado à publicação nos jornais, diariamente, até às 16 horas, exceto aos sábados, quando deverão fazê-lo até às 14 horas.

As reclamações pertinentes à matéria retrabuida, nos casos de erros ou omissões deverão ser formuladas por escrito, à Diretoria Geral, das 8 às 17,30 horas, e, no máximo, 24 horas, após a saída dos órgãos oficiais.

Os originais deverão ser dactilografados e autenticados, ressalvadas, por quem de direito, rasuras e emendas.

A matéria paga será re-

cebida das 8 às 17 horas, e,

nos sábados, das 8 às 11,30 horas.

Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso.

Para facilitar aos clientes a verificação do prazo de val-

IMPRENSA OFICIAL
DO ESTADO DO PARA

EXPEDIENTE

Rua do Una, 32 — Telefone, 3262

Diretor Geral:

OSSIAN DA SILVEIRA BRITO

Redator-chefe:

Pedro da Silva Santos

Assinaturas

Belém:

Anual	260,00
Semestral	140,00
Número avulso	1,00
Número atrasado, por ano	1,50

Estados e Municípios:

Anual	300,00
Semestral	150,00

Exterior:

Anual	400,00
Publicidade	
1 Página de contabilidade, por 1 vez . . .	600,00
Página, por 1 vez . . .	600,00
½ Página, por 1 vez . . .	300,00
Centímetros de colunas: Por vez	6,00

Os originais deverão ser

dactilografados e autentica-

dos, ressalvadas, por quem

de direito, rasuras e emendas.

A matéria paga será re-

cebida das 8 às 17 horas, e,

nos sábados, das 8 às 11,30

horas.

Excetuadas as para o

exterior, que serão sempre

anuais, as assinaturas poder-

ão tomar, em qualquer época,

por seis meses ou um ano.

As assinaturas vencidas

poderão ser suspensas sem

aviso.

Para facilitar aos clientes a

verificação do prazo de val-

dade de suas assinaturas, na parte superior ao endereço vão

impressos o número do talão de registro, o mês e o ano em que ficará.

A fim de evitar solução de continuidade no reembolso dos jornais, devem os assinantes pro-

videnciar a renovação com antecedência, mínima de trinta (30) dias.

As Repartições Públicas cingir-se-ão as assinaturas anuais renovadas até 28 de fevereiro de cada ano e as iniciadas, em qualquer época, pelos órgãos competentes.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes décm preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

O custo de cada exemplar, atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes décm preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

O custo de cada exemplar, atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes décm preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

O custo de cada exemplar, atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes décm preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

O custo de cada exemplar, atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes décm preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

O custo de cada exemplar, atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes décm preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

O custo de cada exemplar, atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes décm preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

O custo de cada exemplar, atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes décm preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

O custo de cada exemplar, atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes décm preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

O custo de cada exemplar, atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes décm preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

O custo de cada exemplar, atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes décm preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

O custo de cada exemplar, atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes décm preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

O custo de cada exemplar, atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes décm preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

O custo de cada exemplar, atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes décm preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

O custo de cada exemplar, atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes décm preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

O custo de cada exemplar, atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes décm preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

O custo de cada exemplar, atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes décm preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

O custo de cada exemplar, atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes décm preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

O custo de cada exemplar, atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes décm preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

O custo de cada exemplar, atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes décm preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

O custo de cada exemplar, atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes décm preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

O custo de cada exemplar, atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50 ao ano.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes décm preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

O custo de cada exemplar, atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,50

ludibriar a boa fé desta Secretaria. Dê-se ciência ao D. D. e encaminhe-se ao D. C., para cancelamento do pseudo crédito do requerente.

— Walter Pinto Melo — Ao Exmo. Sr. General Governador, com as informações e parecer do Matadouro do Maguari, que esta Secretaria adota e ratifica.

— Padre Aluizio Neno (solicitando auxílio) — Ao Exmo. Sr. General Governador, sugerindo esta Secretaria a concessão de um auxílio em material escolar.

— Ministério da Guerra (informação sobre quanto percebe o Cel Milton Lisboa) — A Secretaria de Interior e Justiça, com a informação do D. D.

— Jonil Wanderley Holanda (contrato) — Ao Exmo. Sr. General Governador, com o parecer do D. P., que esta Secretaria adota.

— Contratos de Alzira da Conceição Ferreira Lobato e Irène Assis de Oliveira Marinho — Ao Exmo. Sr. General Governador, com o parecer do D. P., que esta Secretaria adota.

— M. Godinho & Cia. (auto de infração) — A Procuradoria Fiscal para os devidos fins.

— Edvard Bower, diretor da Feira das Indústrias Britânicas — Ao Exmo. Sr. General Governador, com o parecer desta Secretaria no sentido de que deve ser arquivado o expediente, dando-se ciência ao interessado da impossibilidade de representação do Estado.

— Hugo Mosca, diretor da "Folia do Rio" (uma publicação) — Ao Exmo. Sr. General Governador, manifestando-se esta Secretaria pela rejeição do pedido.

— Zenóbio Pinto dos Prazeres — Ao Exmo. Sr. General Governador, com a ordem de que o D. C. dê ao Exmo. Sr. General Governador, com o parecer desta Secretaria.

— Síria Pinto & Cia. (conta de fornecimento) — Ao D. C., para o cancelamento da solicitação de crédito especial.

— Encaminhe-se ao D. C., para o cancelamento da solicitação de crédito especial, feita por S. N. E. Dr. José Góes, diretor das Embraerias "Casa do Turibro" e "Jewita" Ltda., para que estas empresas paguem suas dívidas ao D. C., para empenhar e regularizar na Secretaria.

— Segurança Industrial (renovação do apólice) — Ao D. C., para dizer se é ou não caso.

— Grandes Telas Ltda. (conta de hospedagem de Antônio Nino Gaucin e Acácio Lobo), balanço de Januário Lobo, Antônio Lobo, João Leite, Francisco, Fábrica União Industrial e Comércio SIA., Antônio Canellas & Cia., Leite & Gomes, Serviço de Navegação do Estado (pagamento de etapas), Garés & Cia. — Ao D. C., para os devidos fins.

— Leonilda Oliveira Soares da Fonseca (restituição de montante)

— Defiro o pedido, de acordo com a letra b) do art. 1º do Regulamento do Montepio em vigor — Ao D. D., para promover a restituição, descontando o valor do débito do postulante, indicado pelo D. C..

— Marques Pinto & Irmão (restituição de imposto) — Defiro o pedido, que proceda. Ao D. C., para o expediente de solicitação de crédito especial, depois de, através da Seção de Coletoarias, debitar-se o Administrador e a Escrivã da Mesa de Rendas de Santarém, pelas comissões recebidas.

— Secretaria de Educação e Cultura (solicitando informações) — Restitua-se a A. E. C. com o parecer favorável desta Secretaria, de acordo com a informação supra do D. C..

— José Noronha da Mota — Ao D. D., para pagar ao postulante, à conta da dotação constante da tabela n. 107 do orçamento vigente, a percentagem de um e meio por cento sobre o valor da adjudicação, nos termos da letra d) da tabela XIII, n. 103 § 9º do Regimento de Custas Judiciais e em conformidade com o parecer da Procuradoria Fiscal.

— Rádio Marajoara Limitada

(Ao Chefe de Expediente, para informar).

— Usina de Pausterização de Leite de Belém — Ao D. M., para opinar sobre o mérito da proposta.

— Viúva Abílio da Fonseca — Ao D. D., para pagamento, de acordo com o parecer supra do D. C..

— Secretaria do Trabalho Industrial Comércio de São Paulo — Ao D. E., para dizer.

— Luiz Fernando Ribeiro — Ao exame e parecer da Procuradoria Fiscal.

— Licio Solheiro, Manoel Rodrigues Borges, Leônio Amido da Silva, Luiz Vasconcelos Seabra, Abdias de Vilhena Bochini, Joaquim Chagas Macêdo, Clílio Leite da Costa, Maria Pereira Martins, Itala Ferreira da Silva, Mácio Gomes Corrêa, Cândido Passos da Silva, Raimundo Pantoja de Miranda, Joaquim Antônio da Silva, Francisco de Lima Pinheiro, Francenil José dos Santos, Leda Horata de Souza Moita, Zenaida de Campos Barreto, Africana Tecidos S. A., idem — Ao D. D., para os devidos fins.

— Creusa Pinto da Silva — Encaminhe-se ao D. P..

— Departamento de Material (solicitando provisões) — Ao Instituto Lauro Sodré, a cujo diretor solicito informar, com urgência.

— Confederação Espírita Caminhos do Bem — Informe o D. C..

— Manoel Jerônimo da Costa Junior — Encaminhe-se ao D. P..

— Alfranio José Chacqua — Ao Chefe de Expediente, para autorizar.

— Prefeitura Municipal de Bragança — Ao D. P., para dizer.

— José Metos (solicitando auxílio) — Ao D. D., para pagamento em um auxílio na importância de setecentos cruzeiros, que deve ser corrigido a conta da dotação para pequenos auxílios, constante da lei n. 584, de 1953.

DEPARTAMENTO DE DESPESAS

PESA

TESOURARIA

SALDO de dia 25 de março de 1953	2.100.312,40
Renda do dia 26/3/1953	450.578,70
E soma	2.640.897,10

PAGAMENTOS efetuados no dia 26/3/1953

329.030,10

SALDO para o dia 27/3/1953

2.301.257,00

DEMONSTRAÇÃO DO SALDO	
Em dinheiro	1.184.693,76
Em documentos ..	1.166.373,30
TOTAL	2.301.257,00

Belém (Pará), 26 de março de 1953.

A. Nunes, tesoureiro — Visto João Bentes, diretor do Departamento de Despesa.

PAGAMENTOS

Pagamento para o dia 27 de março de 1953

O Departamento de Despesa da SEF, pagará na data acima, das 8 às 11 horas da manhã:

Diversos:

Coltoria E. de Porto de Moz, Byington & Cia., Serviço de Fórga e Luz de Belém, Seminário N. S. da Conceição, Horácio Ferreira dos Santos Bastos, Antônio Bastos Morback, Sinamer, Guerreiro do Amaral, José de Sousa Magalhães Junior, Maria Dilia Picâncio Farias, Francisco Alves da Costa Dias e Maria Helena Camorim Coiores.

CHAMADA

A bem de seus interesses devem comparecer a 2.ª Seção do D. D. da SEF, das 8 às 11 horas da manhã:

Carlos Souza & Cia., Enciclopédia Britânica do Brasil Ltd., E. Pinto Alves & Cia., Leite & Gomes, Manoel Pinto da Silva, Pian

Farmaceutica e Comercial Ltda., Missões do Xingú, Conselho Regional de Contabilidade, Ginásio Pedreira Esporte Clube, Lúzeiro Esporte Clube e Matilde de Meneses Machado.

EDITAIS

ADMINISTRATIVOS

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, TERRAS E VIACAO

Compra de terras

De ordem do Sr. Engenheiro Chefe desta Seção, faço público que pelo Senhor Deija Lira, nos termos do art. 7.º do Regulamento de Terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria Pastoral, sitas na 12.ª Comarca — Concelho e 81.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: a dita sorte de terras, limita-se pela frente, com o lago "Prequica" até encontrar a a lagoa da "Grotta Seca", e daí, segundo o igarapé da "Grotta Seca", até encontrar a lagoa da "Missa", e daí subindo, até encontrar novamente a lagoa da "Freque", medindo 6.000 metros de frente por 6.000 metros de fundos, pouco mais ou menos.

Convidado os heróis confinantes ou aos que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias, a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIARIO OFICIAL do Estado, fixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém.

Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Belém, 6 de março de 1953. — (a) Adriano Menezes, secretário geral.

(T. - 4776 - 7, 17 e 27/3 Crs 120,00)

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA MEDICINA, FARMACIA E ODONTOLOGIA

Fiscalização de exercício profissional

O serviço de fiscalização do exercício profissional, tendo observado a irregularidade com que os Srs. Proprietários de Farmácia, depósito de drogas, estabelecimentos Hospitalares enviam os balancetes trimestrais do movimento dos seus estabelecimentos, chama a atenção de obrigatoriedade a que estão sujeitos, devendo até o quinto dia útil dos meses de janeiro, abril, julho e outubro comunicar as determinações conforme o que dispõe o artigo 51 do decreto-lei 891 de 25 de novembro de 1933.

A não observância desses dispositivos de Lei, ficando os responsáveis sujeitos nas penas do artigo 33 do Decreto acima citado.

Belém, 25 de março de 1953. — (a) Farmacêutica, Aurora Massamento Inspector da Fiscalização de Farmácia — Visto : Dr. Chaves Muller.

— Chefe de Seção de Fiscalização de Medicina, Farmácia e Odontologia.

(G. — Dias 27, 29 e 31/3)

SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE MEDICINA, FARMACIA E ODONTOLOGIA

De ordem do Sr. Dr. Secretário de Saúde Pública, cientificamos aos interessados que está aberta por espaço de vinte (20) dias, a contar da presente data, a inscrição aos exames de habilitação de parteiros práticos de acordo com o que preceituou o Decreto-lei n. 778, de 22 de janeiro de 1946.

Os candidatos devem instruir os seus requerimentos com os seguintes documentos :

a) Carteira de identidade.

b) Certificado de reservista (Candidatos do sexo masculino).

c) Atestado de idoneidade moral.

d) Atestado de Saúde.

e) Atestado de Capacidade Física e Mental.

f) Atestado provando que exerce a profissão por mais de dois anos.

b) Atestado de Vacina Antivírica.

h) Requerimento ao Sr. Dr. Secretário de Saúde, pedindo inscrição nos exames.

Nota: — Os documentos relativos às letras c), d), e) f), são devidamente reconhecidos por tabelião.

Belém, 25 de janeiro de 1953.
— (a) Dr. Chaves Müller, chefe da Seção de Fiscalização de Medicina, Farmácia e Odontologia.
(G. — Dias 27, 29 e 31-13)

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
INSPETORIA REGIONAL DE FOMENTO DA PRODUÇÃO ANIMAL**
Concorrência administrativa permanente para o fornecimento de artigos de consumo que necessitam a Inspetoria Regional de Fomento Animal e suas dependências:

De ordem do Sr. Inspetor Chefe, faço público para conhecimento dos interessados, que, de acordo com a autorização do Sr. Diretor da Divisão do Material, do Ministério da Agricultura e nos termos do art. 52 da Lei n. 4.536, de 28 de janeiro de 1922 e seus parágrafos, combinado com os arts. 757 e 762 do Decreto-lei n. 15.783, de 8 de novembro de 1922 (R. G. C. P.) e art. n. 37 do Decreto-lei n. 2.206, de 20 de maio de 1940, se acha aberta até 23 de abril de 1953, na Secretaria desta Inspetoria a inscrição e a concorrência administrativa permanente para o fornecimento de artigos de consumo habitual nesta Repartição e suas dependências durante o exercício de mil novecentos e cinquenta e três, sob as seguintes condições:

PRIMEIRA

Os interessados deverão apresentar seus requerimentos de inscrição dirigidos ao Sr. Inspetor Chefe da I. R. acompanhados dos seguintes documentos:

a) Certidão da Alfândega de estar quite com a Fazenda Nacional;

b) Certidão da Seção do Imposto sobre Renda, de estar quite com o referido imposto;

c) Certidão da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho sobre o cumprimento do art. 360 da Constituição das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei n. 5.452 de 1 de maio de 1942;

d) Talão de Impostos Estaduais e Municipais;

e) Todos os demais documentos que o interessado julgar conveniente juntar. Nos requerimentos de que trata a presente cláusula deverá constar a nacionalidade da firma para cumprimento do que dispõe o art. 53 do Código de Contabilidade Pública.

SEGUNDA

As propostas deverão ser apresentadas em três vias, sem emendas, rasuras e entrelinhas, sendo a primeira via devidamente selada com Cr\$ 3,00 por folha e mais selo de educação e saúde, tódas datadas e assinadas com os preços em algarismos e por extenso, em envelopes fechados e lacrados com as indicações do conteúdo. Não serão tomadas em consideração as propostas que não forem apresentadas.

TERCEIRA

O negociante que, legalmente negociar com artigos constantes de dois ou mais grupos desta concorrência poderão apresentar uma só proposta, indicando na mesma o número do grupo e dos artigos desejados.

QUARTA

Os preços oferecidos não podem exceder de mais de dez por cento dos preços atuais da praça — Parágrafo 1º do artigo 51 do C. C. P. e art. 755 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

Para maior eficiência na fiscalização desse dispositivo a Inspetoria se reserva o direito de promover inquéritos administrativos na praça, para demonstração e prova de que o fornecedor infringe os termos dos artigos citados, de conformidade com o § 2º do art. 741 do Regulamento Geral do Código de Contabilidade Pública.

QUINTA

Os preços oferecidos não podem ser alterados antes de decorridos quatro meses da data da inscrição, comunicadas em requerimento, só se tornarão efetivas,

após quinze (15) dias de despacho que ordenar a sua anotação (art. 52, § 3º do C. O. e art. 760 do R. G. C. P.).

SEXTA

O fornecimento de qualquer artigo caberá ao proponente que houver oferecido preço mais barato, não podendo em caso algum o negociante insultar recusar-se a satisfazer a encomenda sob pena de ser excluído o seu nome ou firma do registro ou inscrição e de correr por conta a diferença (art. 762 do R. G. C. P.).

SETIMA

Os fornecedores de artigos de expediente ficarão na obrigação de apresentar um exemplar de cada fórmula (folhas de livros, talão, impressos, etc.).

OITAVA

Todos os artigos serão de primeira qualidade, de acordo com as especificações das listas apresentadas, sendo rejeitados os que não estiverem nessas condições, os quais serão devolvidos para serem substituídos. Em caso de ser rejeitada a substituição será aplicada a penalidade de que trata a cláusula quarta.

NONA

As contas serão apresentadas em 4 vias até o dia 5 do mês seguinte ao do recebimento do pedido, para a devida classificação e conferência. O pagamento será requisitado à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional neste Estado, dentro de oito dias a contar da data da entrega da conta.

DECIMA

Os pedidos serão feitos por escrito pelo encarregado do Material, devidamente visado pelo Chefe da Seção Administrativa após a autorização do Sr. Inspetor Chefe, na proporção das necessidades que a I. R. julgar necessário, sendo expressamente proibido a qualquer comerciante aceitar encomendas verbais de fornecimento, as quais não serão aceitas para a devida liquidação.

DECIMA PRIMEIRA

Correm por conta dos fornecedores todas as despesas de transporte, seguros, fretes, capatacias, etc. a Inspetoria Regional (sede), não influindo no entanto essa despesa no preço dos artigos, quanto será paga em conta separada e acompanhada dos respectivos documentos comprobatórios, como sejam: guias de embarque, talões e capatacias, etc.

DECIMA SEGUNDA

As propostas serão abertas cinco (5) dias após o término do prazo concedido para entrega das mesmas na sede da I. R. com a assistência dos proponentes que queiram assistir ao ato.

DECIMA TERCEIRA

Consta a presente concorrência de 18 grupos assim discriminados:

GRUPO 04 — Máquinas, motores e aparelhos, etc.

GRUPO 05 — Ferramentas e utensílios, etc.

GRUPO 06 — Material elétrico, refrigeração, fotográfico, etc.

GRUPO 09 — Material de ensino, insignias, bandeiras, etc.

GRUPO II — Mobiliário de escritório, de biblioteca, máquina, aparelhos e utensílios de escritório.

GRUPO 12 — Mobiliário especial, máquina, aparelho de utensílios de laboratório, gabinete científico ou técnico.

GRUPO 17 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação, fichas, etc.

GRUPO 18 — Material de limpeza e conservação de veículos, máquina e aparelhos de instalações e artigo de iluminação.

GRUPO 19 — Combustíveis e lubrificantes, etc.

GRUPO 20 — Sobre salentes de máquinas, etc.

GRUPO 21 — Arreamento, material de ferragem e de contenção de animais, material de caudaria, ou de uso zootécnico.

GRUPO 22 — Forrageis, etc.

GRUPO 24 — Material de consumo e conservação e para serviço de acampamento.

GRUPO 25 — Materiais primas em geral.

GRUPO 26 — Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos, adubos, inseticidas, artigos cirúrgicos e outros de uso nos laboratórios.

GRUPO 28 — Vestuários, uniformes, equipamentos, roupas de cama, mesa e banho, tecidos, etc.

GRUPO 29 — Artigos para limpeza e desinfecção.

GRUPO 30 — Material para acondicionamento e embalagem.

DECIMA QUARTA

Os interessados encontrarão na Secretaria da I. R., das 7 às 13 horas, uma relação dos artigos a que se refere esta concorrência, todos os modelos necessários e demais esclarecimentos que desejarem, como fórmulas de requerimentos para Alfândega, Impostos sobre a Renda, Delegacia do M. do Trabalho, etc..

Inspetoria Regional de Fomento da Produção Animal, 23 de março de 1953. — (aa) Ramiro Coimbra, presidente da C. C. A. P. — Visto: Mário Dias Teixeira, inspetor-chefe.

(Ext. — Dias 27, 29 e 30 — 1, 5, 7, 9, 10, 11 e 13)

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Editorial de chamamento

Pelo presente edital, fica marcado o prazo de vinte (20) dias, a contar desta data, para a professora Horminda Martins, assumir o exercício de sua cadeira, no lugar Jaburú, Município de Nova Timboteua, sob pena de, não o fazendo nem apresentando escusa legal ou motivo de força maior justificado ser demitida do cargo, nos termos do art. 254, do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941. (E. F. P. C. E.)

Eu, Maria de Lourdes Moreira, oficial administrativo, padrão N.º Quadro Único, servindo nesta Secretaria e respondendo pela Chefia do Expediente da mesma, auto-ei o presente edital, extraiendo do mesmo cópia para ser publicado no DIÁRIO OFICIAL. — Visto, José Cavalcante Filho, respondendo pelo Expediente da Secretaria.

(G. — Dias 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28 e 29)

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE RODAGEM

I) prazo de entrega.

VII — As propostas serão abertas por uma comissão constituída de 3 elementos, designados pelo Diretor Geral.

VIII — Em igualdade de condições, dar-se-á preferência à firma que oferecer melhor plano de financiamento.

IX — Abertas e examinadas as propostas referendadas pela Comissão, serão em seguida encaminhadas ao Diretor Geral, que decidirá como melhor convier aos interesses do Departamento.

X — E, para que chegue ao conhecimento público, lavrou-se o presente Edital, que vai publicado na Imprensa Oficial e jornais diários desta Capital, durante o prazo da concorrência pública.

Belém, 26 de março de 1953.

(a) Eng. Belisário Dias, Diretor Geral.

(Ext. — Dias 26, 27, 28, 29 e 31)

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Editorial de concorrência pública

O Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem (D. E. R.-PA), usando das atribuições que lhe confere a Lei n. 157, de 29-12-48:

I — Faz Público, para conhecimento de quem interessar possa, que, neste Departamento de Estradas de Rodagem (D. E. R.-PA), com sede central no Edifício do I. A. P. I., 11º andar — sala 1101, nessa cidade de Belém, Estado do Pará, acha-se aberta pelo prazo de sete (7) dias a contar da data da publicação deste edital, a concorrência pública para a compra, por parte deste DER, de:

30.000 SACOS DE CIMENTO

II — Os concorrentes apresentarão suas propostas em 4 vias, devidamente assinadas e datadas, dirigidas diretamente ao Sr. Assistente Fiscal, no Edifício do I. A. P. I., sala 1110 nos dias úteis do prazo desta concorrência, das 7,30 às 12,30 horas.

III — O encerramento dar-se-á às 11 horas do último dia do prazo acima mencionado.

IV — Os concorrentes deverão apresentar suas propostas em 4 vias, devidamente assinadas e datadas, dirigidas diretamente ao Sr. Assistente Fiscal, no Edifício do I. A. P. I., sala 1110 nos dias úteis do prazo desta concorrência, das 7,30 às 12,30 horas.

V — O cimento será do tipo Portland comum, devendo obedecer as especificações das Normas Brasileiras EB-1.

VI — O pagamento será feito pela Tesouraria do Departamento, de acordo com a entrega das quotas de 400 toneladas e também o que estipula o item VIII deste Edital.

VI — O pagamento será feito pela Tesouraria do Departamento, de acordo com a entrega das quotas de 10.000 sacos de cimento, e também o

que estipula o item IX dêste Edital.

VII — Os concorrentes deverão citar nas suas propostas:

- a) o preço em cruzeiro por saco de cimento;
- b) valor CIF total da quantidade estipulada;
- c) despesas bancárias;
- d) plano de financiamento;
- e) tipo do cimento;
- f) licença de importação;
- g) prazo de entrega.

VIII — As propostas serão abertas por uma comissão constituída de 3 elementos, designados pelo Director Geral.

IX — Em igualdade de condições, dar-se-á preferência à firma que oferecer me-

lhor plano de financiamento. X — Abertas e examinadas as propostas referendadas pela Comissão, serão em seguida encaminhadas ao Director Geral, que decidirá como melhor convier aos interesses do Departamento.

XI — E, para que chegue ao conhecimento público, lavrou-se o presente edital, que vai publicado pela "Imprensa Oficial" e jornais diários desta Capital, durante o prazo da concorrência pública.

Belém, 24 de março de 1953.
— Eng. Belisário Dias, director geral.

(Ext. — 24, 25, 26, 27, 28 e 29-3-953)

EDITAIS ANÚNCIOS

SOARES DE CARVALHO, SABÕES E ÓLEOS S/A.

Pagamento de Dividendo

Comunicamos aos Srs. Acionistas que está em pagamento, em nossos Escritórios à Avenida Senador Lemnos, 147 a 157, o Dividendo de 15% por Ação, que será pago contra a entrega do Cupão relativo ao exercício de 1952.

Belém, 26 de março de 1953.

Os Administradores:

(aa) Aníbal Vieira de Carvalho

Augusto Pereira da Silva

(Ext. Dias 27, 28 e 29/3).

BANCO COMERCIAL DO PARÁ, S/A.

Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os Srs. acionistas a se reunirem no dia 30 de março corrente, às 15 horas, no edifício do Banco à Rua 15 de novembro, n. 131, para os fins previstos nos arts. 98 e 102 do decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Pará, 20 de março de 1953.
Os Diretores:

(aa) Dr. Suplicio Ausier Bentes

Dr. Waldemar Carrapatoso Franco

(Ext. — Dias 21, 24, 27 e 29/3/53).

DIÁRIO DO MUNICÍPIO PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO ATOS E DECISÕES

DECRETO N. 4.918

O Prefeito Municipal de Belém, resolve:

nomear, nos termos do art. 15, item III, do Decreto-lei n. 4.151, de 28 de outubro de 1942, Claudio Passos de Sousa, para exercer, efetivamente, o cargo isolado de Monitor Veterinário — padrão Q, lotado na Seção de Produção Animal, do Departamento Municipal de Agricultura.

O Secretário Geral o faça cumprir e publicar.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 23 de março de 1953.

Dr. LOPO ALVAREZ DE CASTRO

Prefeito Municipal

Cumpra-se e publique-se.

Secretaria da Prefeitura 23 de

março de 1953.

Carlos Lucas de Sousa

Secretário Geral

PORTEIRA N. 169

O Prefeito Municipal de Belém, usando dessas atribuições,

atendendo a solicitação do Sr.

Secretário do Comitê de Assistência aos Nordestinos, constante do

ofício n. 4, de 12 do corrente, resolve mandar pôr à disposição do referido Comitê, a funcionários da tipografia, interina, desta Prefeitura, Sta. Maria Terezinha de Assunção Miranda, lotada na Contadoria Geral, ora servindo na Diretoria da Despesa, do Departamento da Fazenda, com percepção de seus vencimentos, enquanto foram necessários os seus serviços.

Cumpre-se e dê-se ciência. Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 24 de março de 1953.

Dr. LOPO ALVAREZ DE CASTRO

Prefeito Municipal

Cláusula primeira — O Governo do Municipio de Belém resolve contratar Ladário Sousa Coelho e Santos, daqui por diante denominado contratado para servir como Administrador do Mercado da Vila do Mosquieiro (Sede).

Cláusula segunda — O contratado elege a cidade de Belém para seu domicílio legal cujo fôro será competente para dirimir as questões que se suscitem na execução

do contrato.

Cláusula terceira — Como re-

muneração de seus serviços o

contratado receberá o salário

mensal de hum mil e trezentos

cruzeiros (Cr\$ 1.300,00) e a gra-

ducação mensal de trezentos

cruzeiros (Cr\$ 300,00) a partir

do dia 1º de janeiro, p. passado.

Cláusula quarta — A duração

do presente contrato será até

31 de dezembro de mil nove-

centos e cinquenta e três (1953).

Cláusula quinta — A despesa

com o pagamento da importância

prevista na cláusula terceira, cor-

rerá, no atual exercício, à conta

Tabela n. 15. Pessoal Variá-

vel, do orçamento em vigor.

Cláusula sexta — O presente

contrato que foi aprovado pelo

Exmo. Sr. Dr. Prefeito Munici-

pal de Belém, poderá ser rescin-

dido a qualquer tempo, por ini-

ciativa do Prefeito se o

contratado deixar de cor-

contratar Raimundo Neves, daqui responder aos deveres de suas funções, ou não forem mais julgados necessários os seus serviços e, por iniciativa do contratado se lhe convier, devendo em qualquer caso, a parte que resolver a rescisão, notificar a outra com antecedência de trinta dias, findos os quais será considerado rescindido o presente contrato sem que caiba qualquer pedido de indemnização ou reclamação judicial ou extra-judicial.

Cláusula segunda — O contratado elege a cidade de Belém para seu domicílio legal, cujo fôro será competente para dirimir as questões que se suscitem na execução deste contrato.

Cláusula terceira — Como remuneração de seus serviços o contratado receberá o salário mensal de setecentos cruzeiros (Cr\$ 700,00), a partir do dia 1º do mês corrente.

Cláusula quarta — A duração do presente contrato será até 31 de dezembro de mil novecentos e cinquenta e três.

Cláusula quinta — A despesa com o pagamento da importância prevista na cláusula terceira, correrá, no atual exercício, à conta da

Tabela n. 15, do orçamento em vigor.

Belém, 20 de março de 1953.

— (aa) Carlos Lucas de Sousa, secretário geral — Dr. Lopo Alvarez de Castro, Prefeito Municipal — Ladário Sousa Coelho e Santos, contratado — Joana Lima, 1.ª testemunha — João Marinho, 2.ª testemunha.

Término de contrato celebra entre a Prefeitura Municipal de Belém, representada pelo Exmo. Sr. Dr. Lopo Alvarez de Castro, Prefeito Municipal e José Luiz Nunes Pinto.

Aos vinte e três (23) dias do mês de março de mil novecentos e cinquenta e três (1953), presentes no Gabinete do Exmo. Sr. Dr. Prefeito Municipal, José Luiz Nunes Pinto e o Exmo. Sr. Dr. Lopo Alvarez de Castro, Prefeito Municipal, acordaram o seguinte:

Cláusula primeira: — O Governo do Municipio de Belém resolve contratar José Luiz Nunes Pinto, daqui por diante denominado contratado para servir como Auxiliar Acadêmico do Serviço de Pronto Socorro do Departamento de Saúde e Assistência.

Cláusula segunda — O contratado elege a cidade de Belém para seu domicílio legal, cujo fôro será competente para dirimir as questões que se suscitem na execução deste contrato.

Cláusula terceira — Como remuneração de seus serviços o contratado receberá o salário mensal de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00), a partir do dia 1º do mês de janeiro p. passado.

Cláusula quarta — A duração do presente contrato será até 31 de dezembro de mil novecentos e cinquenta e três (1953).

Cláusula quinta — A despesa com o pagamento da importância prevista na cláusula terceira, correrá, no atual exercício a conta da Tabela n. 23, do orçamento em vigor.

Cláusula sexta — O presente contrato que foi aprovado pelo Exmo. Sr. Dr. Prefeito Municipal de Belém, poderá ser rescindido a qualquer tempo, por iniciativa do Prefeito, se o contratado deixar de corresponder aos deveres de suas funções ou não forem mais julgados necessários os

seus serviços e, por iniciativa do contratado, se lhe convier, devendo em qualquer caso, a parte que resolver a rescisão, notificar a outra, com antecedência de trinta (30) dias, findos os quais será considerado rescindido o presente contrato sem que caiba qualquer pedido de indemnização ou reclamação judicial ou extra-judicial.

O presente contrato está isento de selo proporcional na forma da Legislação em vigor, e, para firmeza e validade do que ficou estabelecido, lavrou-se o presente térmo que, depois de lido e achado conforme, será assinado pelas partes contratantes já mencionadas, pelas testemunhas abaixo e por mim, Secretário Geral da Prefeitura Municipal de Belém que o subscrevo e assino.

Belém, 23 de março de 1953.

— (aa) Carlos Lucas de Sousa, secretário geral — Dr. Lopo Alvarez de Castro, Prefeito Municipal — José Luiz Nunes Pinto, contratado — Raymundo Santiago de Holanda, 1.ª testemunha — João Marinho, 2.ª testemunha.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diario da Justica

DO ESTADO DO PARÁ

ANO XX

BELEM — SEXTA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 1953

NUM. 3.813

11.^a Conferência ordinária do Tribunal Pleno, realizada em 18 de março de 1953, sob a presidência do Sr. Desembargador Augusto R. de Borborema.

Aos 18 dias do mês de março de mil novecentos e cinquenta e três, nesta cidade de Belém do Pará, na sala de conferências do Tribunal de Justiça, presentes os Srs. Desembargadores Augusto R. de Borborema, presidente; Nogueira de Faria, Jorge Hurley, Arnaldo Lobo, Paul Braga, Maurício Pinto, Inácio Guilherme, Antônio Melo, Silvio Pálico, Souza Moita, e o Dr. E. Souza Filho, procurador Geral do Estado, foi aberta a sessão às 8,30 horas.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, deram início aos trabalhos, pela ordem seguinte:

DISTRIBUIÇÃO

Embargos cíveis

Santarém — Embargante, Durval Dias Vieira; embargado, Olin da Dias Vieira e outros — Ao Desembargador Arnaldo Lobo.

PASSAGEM

Embargos cíveis

Capital — Embargantes, Alber to Engelhard e outros; embargado, o Governo do Estado — Do Desembargador Jorge Hurley ao Desembargador Maurício Pinto.

PARECER

O Dr. Procurador Geral do Estado devolveram, com parecer escrito, o seguinte feito:

Embargos cíveis

Capital — Embargantes, Alber to Engelhard e outros; embargado, o Governo do Estado — Ao Desembargador Jorge Hurley.

ACÓRDÃO

Com os Acórdãos assinados, foram entrencos os serventos feitos "Habeas-corpus"

Capital — Impetrante, o Dr. Otávio Meira, a favor de Antônio Ceiras de Araújo e sua mulher — Pelo Desembargador presidente.

Bragança — Impetrante, o bacharel Joaquim Lobão da Silveira, a favor de Magno Corrêa da Costa — Idem, idem.

Capital — Impetrante, Mario Valerio Costa, a favor de Waldomiro Duarte Gonzaga — Idem, idem.

Idem — Impetrante, Mario Valerio Coelho, a favor de José Francisco do Nascimento — Idem, idem.

Idem — Impetrante, Alberto Gusman Gutierrez, a seu favor — Idem, idem.

"Habeas-corpus" preventivo

Capital — Impetrante, o bacharel Paulo Cesar de Oliveira, a favor de Afonso Farias e outros — Idem, idem.

Agravio em mesa

Capital — Agravante, Juraci de Ataide; reclamado, o Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Tribunal — Idem, idem.

Embargos cíveis

Capital — Embargante, José Assad Scuff; embargados, J. Kislanow & Irmãos — Pelo Desembargador Souza Moita.

PARTES ADMINISTRATIVAS

Pedido de licença-prorrogação,

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

requerente, o Dr. Eduardo Mendes Patriarca, juiz de direito de Altamira — Concederam, unanimemente.

Pedido de contagem de tempo de serviço; requerente, o Dr. Juiz de Direito de Igarapé Miri — Deferiram, unanimemente.

JULGAMENTOS

"Habeas-corpus"

Capital — Impetrante, Alexandre Siqueira Menezes Filho, a favor de Eaimundo Silva Souza — Negaram a ordem em face das informações do Dr. Juiz da 8.^a Vara, contra o voto do Desembargador Antônio Melo.

Idem — Impetrante, Jorge Rodrigues de Oliveira, a seu favor — Negaram a ordem, unanimemente.

Idem — Impetrante, Felisberto Moraes da Silva, a seu favor — Negaram a ordem, censurando, porém, o escrito como criminoso desidioso que tem manifestado relativamente aos processos em seu poder, unanimemente.

Idem — Impetrante o bacharel Aurélio Corrêa do Carmo, a favor de José Rechava — Negaram a ordem, contra os votos dos Desembargadores Mário Pinto e Silvio Pálico.

Confisco de jurisdição — Capital — Suscitante, o Dr. Juiz de Direito da 4.^a Vara; suscitado, o Dr. Juiz de Direito da 3.^a vara; relator, o Sr. Desembargador Raul Braga — Julgaram procedente para julgar competente o Juiz da 6.^a Vara, unanimemente.

Idem — mais havendo a tradição — encerrada a sessão às 11,30 horas, mandando eu, Luiz Faria Secretário, lavrar a presente ata que subscrevi. — Luiz Faria.

11.^a Conferência ordinária da 1.^a Câmara Criminal, realizada em 23 de março de 1953, sob a presidência do Sr. Desembargador Augusto R. de Borborema.

Aos 23 dias do mês de março de mil novecentos e cinquenta e três nesta Cidade de Belém do Pará, na sala de conferências do Tribunal de Justiça, presentes os Srs. Desembargadores Augusto R. de Borborema, presidente; Curcino Silva, Nogueira de Faria, Jorge Hurley, Arnaldo Lobo, Paul Braga, e o Dr. E. Souza Filho, procurador geral do Estado, foi aberta a sessão às 9,30 horas.

Lida e aprovada a ata da sessão anterior, deram inicio aos trabalhos, pela ordem seguinte:

PASSAGENS

Apelação crime

Igarapé-Açu — Apelante, Ti burcio Almeida Queiroz; apelada, a Justiça Pública — O Desembargador Arnaldo Lobo pediu julgamento.

Capital — Apelante, José Marques Maciel; apelada, a Justiça Pública — O Desembargador Arnaldo Lobo mandou dar vista ao Dr. procurador geral do Estado.

Vizeu — Apelante, a Justiça Pública; apelado, José Pereira da

Silva — O Desembargador Jorge Hurley pediu julgamento.

ACÓRDÃO

Com os Acórdãos assinados, foram entregues, os seguintes feitos:

Apelação crime

Capital — Apelante, Frauze Ferreira Jordy; apelado, João Pires Barata de Araújo — Pelo Desembargador Curcino Silva.

Bragança — Apelante, Maurício de Souza Cruz; apelada, a Justiça Pública — Pelo Desembargador Jorge Hurley.

Soure — Apelante — Rutelyra de Oliveira Pinheiro; apelado, Deodato Gonçalves Figueiredo — Pelo Desembargador Raul Braga.

Idem — Apelante, a Justiça Pública; apelados, Rodrigo Antônio Pereira e outro — Idem, idem.

JULGAMENTOS

Recurso crime "ex-officio"

Ponta de Pedras — Recorrente, o Dr. Juiz de Direito da Comarca; recorrido, Jorge Pamplona da Silva; relator, o Sr. Dr. Desembargador Curcino Silva — Deram provimento ao recurso para reformando a decisão recorrida pronunciando o réu no art. 121, parte geral do Código Penal Brasileiro, unicamente. Não votou por impedido o Sr. Desembargador Nogueira de Faria.

Apelação crime

Chaves — Apelante, Wilson Figueiredo Pinto; apelada, a Justiça relator, o Sr. Desembargador José Scuff — Julgaram procedente para julgar competente o Juiz da 6.^a Vara, unanimemente.

Idem — Apelante, o bacharel Izidro Moraes, apelada, a Justiça Pública; relator, o Sr. Desembargador Arnaldo Lobo — Negaram provimento para absolver o réu mandando que seja expedido o competente alvará de soltura, unicamente.

Capital — Apelante, Izidro Moraes, apelada, a Justiça Pública; relator, o Sr. Desembargador Arnaldo Lobo — Negaram provimento para absolver o réu mandando que seja expedido o competente alvará de soltura, unicamente.

E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 11 horas, mandando eu, Luiz Faria, secretário lavrar a presente ata, que subscrevi — (a) Luiz Faria.

JURISPRUDÊNCIA

ACÓRDÃO N. 21.525

Embargos cíveis da Capital

Embargante — Assad Elias José Scuff.

Embargado — J. Kislanow & Irmão.

Relator — Desembargador Souza Moita.

EMENTA — I

Em face do art. 833 do C. P. Civil, os embargos de nulidade e infringentes do julgado, restringem-se à matéria que não obteve decisão unânime no juízo ad quem.

II — Se as embargos se obrigaram a responder pela autoria, bas tanta a possibilidade de serem eles denunciados a juízo e chamados a assumir a responsabilidade da demanda, para

pôr de manifesto a legitimidade de seu interesse no feito.

III — Nas ações possessórias, o que cumpre verificar é o fato da posse real e efetiva, não sendo possível a discussão sobre os títulos ou estesjam efetivados os títulos de domínio. A questão de domínio é a mais subsidiária e só poderá ser exequatur quando apreciada, quando diligiosa a prova que ambeles possuem propriedade, porque então, não é devida a posse a favor de alguém a quem não possa exercer o domínio (MS. 636, art. 505).

IV — O autorizado a por o esquifado ato ilícito, o que dá motivo ao pagamento de perdas e danos e a execução em favor de terceiros prejudicados.

Vistas, ressalvadas eventuais questões de cabimento, os efeitos da Capital, encerro a Sessão, como encerraram a Sessão Vinte José Scuff e o Relator, J. Kislanow & Irmão.

Luiz Faria — Propusei publicar o Acórdão, o Dr. José Scuff, apelante, que é réu indiciado, alegando que o réu é o Dr. José Scuff, apelante, o Dr. Desembargador José Scuff, apelado, cuja posse se situa na área de 30 acres, iniciada a construção de um muro e cercado por uma barreira, situando-se aí, apesar de não haver de propriedade, 20 metros de diâmetro, terra com visível e violento estupro à posse deles, autores.

Julgada improcedente a ação, os autores à época tempestivamente tendo a S. Regia Segunda Câmara Civil, em Acórdão n. 21.529, preliminarmente e por unanimidade de votos, desprovidos as preliminares levantadas pelo apelado (Ms. 176 e 177) e negado provimento aos recursos no ato de processo interposto, quer pelo apelado (Ms. 120), quer pelos apelantes (Ms. 164), e no mais, dado provimento à apelação, por maioria de votos, para julgando procedente a ação, mandar que os autores, então apelantes, fossem reintegrados na posse do terreno em questão, paga pelo apelado os custos do processo, inclusive honorários de advogado e prejuízos que ficaram verificados.

A esse Acórdão foram apostos pelo ente apelado, embargos infringentes do julgado, nos quais o embargante pleiteia a reforma do V. Acórdão da Segunda Câmara e encerra que este restaurado da sentença de 1.^a instância.

Nos embargos de Ms. 203 o embargante renova a discussão sobre exceção de causa julgada, matéria já decidida por unanimidade de votos, pela 2.^a Câmara Civil, no Acórdão embargado.

Ora, sobre esse assunto, inca-

bivel se torna qualquer discussão, de vez que sobre ele a decisão da Segunda Câmara foi unânime. Neste ponto portanto, o V. Acórdão embargado é inatacável, em face da nova redação que ao art. 533 do C. P. Civil deu o Decreto-Ley 3.570, de 8 de janeiro de 1946.

De acrescentar-se que, mesmo antes desse decreto-ley, a doutrina e a jurisprudência vinham se firmando no sentido que afinal se concretizava na redação atonal do art. 533 do C. P. Civil, isto é, que os embargos não de se restringir à matéria que não obteve decisão unânime no juízo ad quem.

Seabra Fagundes, em 1946, na sua valiosa obra, dos Recursos ordinários em matéria cível, pág. 388 escreve: o âmbito dos embargos se restringe ao ponto único sobre que tenha havido reforma da sentença por maioria de votos. É o que se infere das razões pelas quais se permite excepcionalmente um terceiro pronunciamento judicial, bem como do sentido desse pronunciamento.

Já hoje, a esse respeito nenhuma dúvida pode haver, pois como decidiu por mais de uma vez o Supremo Tribunal Federal, os embargos, na forma do art. 533 do C. P. Civil, se circunscrevem à matéria, objeto da divergência; o recurso opera sómente no campo da divergência manifestada, o mais e res judicata (Ac. do Sup. Trib. Fed. de 4-4-950, rel. Min. Orozimbo Nonato e 8-5-950, rel. Min. Luiz Gallotti, ind. D. Justiça de 11 e 15 de fevereiro de 1952 e Ac. do Tribunal de Just. do Dist. Fed. de 23-5-951, rel. Des. Sadi Gusmão, in D. Justiça, 11-2-952).

Alega ainda o embargante preliminarmente, serem os embargados partes ilegítimas no feito, por lhes faltar legítimo interesse econômico, não só para prosseguir na ação, como usar de qualquer recurso da sentença que a julgou.

Materia foi esta ventilada como reconvenção ainda no curso da ação e desatendida, não só pelo Dr. Juiz a quo na sentença de fls. 167, como pelo V. Acórdão embargado a fls. 199 e que na verdade não merece provimento, em face da escritura pública de fls. 168 pela qual os embargados se obrigaram a responder pela autoria. Ora, basta a possibilidade de serem os embargantes denunciados a juízo e chamados a assumir a responsabilidade da demanda, para pôr de manifesto a legitimidade do seu interesse no feito.

No mais, cumpre salientar desde logo, que se trata de uma questão puramente de posse. Ora, nas ações possessórias discute-se a posse e não o domínio e se nelas não é permitida a exceção do domínio próprio, muito menos o é a defesa fundada em domínio alheio. O que cumpre verificar nessas ações é o fato da posse real e efetiva, não sendo possível a discussão nem mesmo sobre os vícios de que estejam eivados os títulos de domínio.

Tito Fulgêncio à pág. 114 de seu notável trabalho — Da posse escreve: — no processo possessório, toda intervenção da questão de propriedade, deve ser em regra abolida. Alargar o terreno do debate possessório, permitindo a discussão do direito de propriedade, é transformar o petitório em possessório, ou melhor, é suprimir o possessório, acabando de vez com a proteção da posse como tal.

No mesmo sentido S. Vampre (Da Prova Civil, vol. I, pág. 600), ao escrever: na ação possessória, não é lícito ao réu se defender com o domínio, nem discutir questões estranhas à posse e de alta indireção, as quais só podem ser auiazadas em ação propriedade direta, com todos os meios legais de defesa, e, sim, com a mesma posse, ar- guindo e provando que a posse contrária, a do autor, é viciosa, por violência, clandestinidade

ou abuso de confiança (vi, claim aut precário), não em relação a outrem, mas sim em relação ao proprietário.

A tudo isso vale acrescentar que nas ações possessórias o autor tem que provar tão somente a sua posse, a turbação ou exploração que lhe foi feita, isto é, os atos agressivos do réu, ou a má-fé possessória, como diria a doutrina, a continuação dessa posse ainda que nucleada e o tempo dessa agressão.

A ação de domínio é apenas subsidiária e só poderá ser exercida quando a terra da era ação possessória, quando duvidosa a posse de ambos os litigantes, em face da prova que ambos tiveram produzido, porque então julgar-se-á a posse em favor daquele cujo domínio estiver melhor averiguado, ou segundo as palavras do Cód. Civil, art. 505: não se julgará a posse a favor daquele a quem não pertence o domínio.

Já Paula Batista (Teoria e Prática do Processo, pág. 33) ensinava que se as provas dos litigantes sobre a posse são tais que deixam o juiz indeciso, sem saber para que lado pende a balança da justiça, pode ele nesse caso tomar em consideração título exibido pelas partes para manter na posse legítima aquele cujo domínio lhe pareça melhor esclarecido.

No caso vertente, não há porque aplicar o art. 505 do Cód. Civ. de vez que ambos os litigantes alegam ter o domínio sobre o terreno em apreço, juntam até farta documentação para prova de domínio e sobre essa prova é que procuram assentear o seu direito de posse ao terreno em questão.

Mas é de ver-se desde logo, e isto foi acentuado, quer na sentença de 1.ª instância quer no V. Acórdão embargado, a evidente colisão dos documentos das partes litigantes, em virtude dos diversos títulos decorrerem de antigos aforamentos concedidos sem as devidas cautelas quanto à extensão dos terrenos.

Tais documentos valerão assim como pontos de referência e é confrontando-os com os laudos dos peritos que se chega à conclusão de que os embargados desde mais de 30 anos, através da posse de seus antecessores, se acham na posse do terreno em questão, onde existiu um barracão, hoje em ruínas.

Todos os peritos assinalam a existência desse barracão, de construção não recente, no fundo do terreno dos embargados e que sómente pelo alinhamento e arrumação procedidos em 1948 por estes é que foi constatado estar em área concedida posteriormente ao embargante, a título de aforamento pela Prefeitura Municipal de Belém.

Tal área, onde existe o barracão, sempre esteve na posse dos antecessores dos embargados, sem oposição de ninguém e assim sem oposição e sem estrepito foi transmitida aos embargados.

Esta é inegavelmente a situação do fato que ressalta não só através dos documentos de ambos os litigantes, como dos laudos periciais e croquis constantes dos autos. Ora, o nosso legislador, estruturando a posse com os elementos da teoria de Inheriting, aceitou a noção que este nos dá de que a posse é um direito de natureza especial, uma relação de fato estabelecida entre a pessoa e a coisa, pelo fim de sua utilização econômica, ou, como se expressa Beviláqua (Observações sobre o Projeto do Cód. Civil), a manifestação de um direito real.

Ata da 1.ª Reunião da Comissão examinadora de concessão para Juiz de 1.ª instância, realizada a 21 de março de 1953.

Aos vinte e um dias do mês de março de mil novecentos e cinquenta e três, nessa cidade de Belém do Pará, presente os excelentíssimos Senhores Desembargadores Augusto R. de Borborema, presidente do Tribunal e da Comissão,

Garcino Silva, Arnaldo Lobo e o advogado Abel Martins, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Pará, membros da referida comissão, pelo primeiros foram abertos os trabalhos.

A referida Comissão examinando os requerimentos e documentos das cinco concorrentes bacharéis Clóvis de Britto de Moraes, Miguel Antônio Carucho, Bernardo Olavo da Silva Araújo, Pui Barque de Lima e Heitor Mendonça Campos, juntou que os três primeiros não preenchiam as exigências da lei, e, última parte, § 1º do art. 22 do Decreto-Ley n. 4.739 — de 2 de janeiro de 1945 pelo que deferiu os seus requerimentos de inscrição.

Quanto aos demais mandou inscrever. Deliberou, ainda, a Comissão sobre a organização dos programas das diversas instâncias sobre as quais versariam as provas do concurso e designou o próximo dia 20 de março, às 9 horas, para nova reunião, a fim de discutir a referida organização dos programas e determinar o dia para o início das provas. E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, de cujos trabalhos eu, Luiz Faria secretário do Tribunal e da Comissão, lavro a presente ata que vai assinada pelos referidos e supra-citados membros da Comissão. (a) Augusto R. de Borborema, presidente — Curcino Silva — Arnaldo Lobo — Abel Martins.

ANUNCIO DE JULGAMENTO DO TRIBUNAL PLENO

Retificando o anúncio de julgamento da Queixa-crime da Comarca da Capital, em que é querelante, a Justiça Pública e querelado, o bacharel Levy Hall de Moura proprietário do término de Mocajuba, faço público, para conhecimento de quem interessar possa, que pelo Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça, foi designado o dia 23 de abril, hora regimental, para o Egípcio Tribunal Pleno, em conferência extraordinária, julgar o referido feito.

Secretaria do Tribunal de Justiça, 26 de março de 1953.

(a) Luiz Faria, secretário.

A posse é atualmente entradas, diz Carv. dos Santos (Cód. Civ. Interp., vol. VII n. 21), o fenômeno externo da utilização econômica, unida à vontade de realizar em benefício próprio essa exploração.

De reconhecer-se portanto que, se a finalidade da ação possessória é restaurar ou manter, não um direito, mas uma simples situação de fato, como ensina Tito Fulgêncio, não há fugir à conclusão de que a posse do terreno em questão se consolidou nos embargos, através da posse mansa e pacífica dos seus antecessores, num longo período superior a trinta anos.

No que tange ainda aos honorários advocatícios, improcedem também as alegações do embargante, pois o atentado à posse constitui ato ilícito, como decidiu o Trib. de Justiça de S. Paulo, em Acórdão de 18-4-952 (Rev. dos Trib. Vol 202, pág. 221), o que dá motivo ao pagamento de perdas e danos e condenação em honorários de advogado. Também em Acórdão de 6-9-1951 (Rev. dos Trib. Vol. 195, pág. 178), o mesmo Tribunal já decidiu que é devida na ação de reintegração de posse, mesmo que não tenha havido condenação em perdas e danos, a verba para honorários de advogado, se a demanda resultou de ato ilícito praticado pelo réu, qual seja o estupro por ele cometido. Verjam-se ainda entre outros, os acórdãos inseridos na mesma Rev. vol. 53, pág. 73 e vol. 108, pág. 732.

Incluindo assim, na condenação e pagamento de honorários de advogado, o Acórdão embargado ainda mais fez que obedecer a jurisprudência aplicável a este feito.

Por estes fundamentos:

Acordam os Juizes do Tribunal de Justiça, em sessão plena, preservar as preliminares levantadas pelo embargante, a princípio unanimemente, e a segunda por maioria de votos, e, ainda por maioria de votos rejeitar os embargos para confirmar o Acórdão embargado. Cus-
tas na forma da lei.

Belém, 11 de março de 1953.

— Jorge Hurley, vice-presidente — Seuna Moita, relator

— Naguera de Faria — Raul Braga — Mauricio Pinto — Ignácio Guilhon — Antonino Melo,

mentido, nos termos do meu voto ventado, constante de fls. — Silvio Pélico. Fui presente, E. Sousa Nogueira.

Secretaria do Tribunal de Justiça, 25 de março de 1953.

(a) Luiz Faria, secretário.

ACÓRDÃO N. 21.535

Conflito negativo de jurisdição

— Capital

Suscitante — O Dr. Juiz de Direito da 6.ª Vara.

Suscrito — O Dr. Juiz de Direito da 4.ª Vara.

Relator — Desembargador Raul Braga.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de conflito de jurisdição da Comarca da Capital em que é suscitante o Dr. Juiz de Direito da 6.ª Vara e suscitado o Dr. Juiz de Direito da 4.ª Vara.

Acordam os membros do Tribunal de Justiça, tomando conhecimento de conflito de jurisdição da capital, em que é suscitante o Dr. Juiz de Direito da 6.ª Vara e suscitado o Dr. Juiz de Direito da 4.ª em unanimidade julgar competente ao processo de extinção de condomínio, requerido pelo casal Antônio e Maria Delordes Duarte e Luiz Pinheiro ao Dr. Juiz de Direito suscitante (6.ª Vara) de vez que advindo a propriedade do imóvel ainda em comum de compra em inventário, cujo patrimônio se encontra atualmente objeto de novo inventário decorrente do anterior é visível o entrelacamento de direitos hereditários no imóvel aludido, ora compreendidos no segundo inventário que se processa na 6.ª Vara.

O interesse dos herdeiros perdura em a nova partilha, acossado, sobretudo, pelo inevitável estado de comunhão do imóvel em tela. Pode-se afirmar que a herança respeitante do imóvel em questão, ainda continua em seu caráter de indivisibilidade.

Forçosamente o fôro competente continua a ser o do inventário do herdeiro pre morto.

Belém, 18 de março de 1953.

(a) Augusto R. de Borborema, presidente — Raul Braga, relator — Jorge Hurley — Arnaldo Lobo — Mauricio Pinto — Ignácio Guilhon — Antonino Melo — Silvio Pélico — Sousa Moita.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará-Belém, 26 de março de 1953. — Luiz Faria, secretário.

ACÓRDÃO N. 21.536

Contagem de tempo de serviço

— Capital

Requerente — O Dr. Juiz de Direito da Comarca de Igarapé-miri.

Relator — O Exmo. Sr. Des.

Presidente do Tribunal.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de contagem de tempo, em que é requerente o Dr. Silvio Hall de Moura, juiz de direito de garapé-miri, etc.

Acordam os Juizes do Tribunal Pleno, por unanimidade de votos, mandar contar, em favor do requerente, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo relativo a 7 anos, 4 meses e 6 dias, prestado pelo Suplicante às Prefeituras de Marapanim, Maracanã, Itaituba, Soure, Curralinho e Igarapé-acu, deste Estado, e ao Serviço Nacional de Recenseamento, tudo de acordo com os documentos que ele exibiu. Manda, em consequência, que nos assentamentos do Suplicante, seja crotado todo esse tempo, tão somente para os fins supra declarados.

Belém, 18 de março de 1953.

(a) Augusto R. de Borborema,

DIARIO DA JUSTIÇA

presidente e relator — Jorge Hurley — Arnaldo Lobo — Raul Braga — Mauricio Pinto — Ignácio Guilhon — Antonino Melo — Silvio Pélico — Sousa Moitinho.

Fui presente, E. Sousa Filho. Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará-Belém, 26 de março de 1953. — Luiz Faria, secretário.

EDITAIS

JUDICIAIS

PROCLAMAS

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Ricardo Cumaru de Araújo e a senhorinha Pedrina Poltronieri Lopes.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará-Belém, motorista, domiciliado nesta cidade e residente à Rua Paráquias, 1571, filho de João Marques de Araújo e de Dona Zeferina Cumaru de Araújo.

Ela é também solteira, natural do Pará-Belém, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Travessa 14 de abril, 578, filha de Rogelio Lopes Barreiro e de Dona Maria Laura Poltronieri Lopes.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos 26 de março de 1953.

E eu, Raymundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — (a) Raymundo Honório.

(T. — 4930 — 27|3 e 3|4 Cr\$ 40,00)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. João Lauro da Silva Cardias e a senhorinha Hilda da Silva Moraes.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará-Belém, mecânico, domiciliado nesta cidade e residente à Estrada Nova, s/n., filho de Sebastião Cipriano Cardias e de Dona Adelina Augusta da Silva.

Ela é também solteira, natural do Pará-Belém, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Rua dos Caripunas, 1704, filha de Joaquim Alfaia de Moraes e de Dona Maria Luiza da Silva Moraes.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 19 de março de 1953.

E eu, Raymundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — (a) Raymundo Honório.

(T. — 4929 — 27|3 e 3|4 Cr\$ 40,00)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Edgar Brabo de Carvalho e a senhorinha Anna Gonçalves de Magalhães.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Muana, praticista, domiciliado nesta cidade e residente à Rua Cametá, 37, filho de José da Cunha Carvalho e de Dona Francisca de Paula Brabo de Carvalho.

Ela é também solteira, natural do Pará-Belém, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Passagem Jabatiteua, 118, filha de Eugênio dos Santos Gomes e de Dona Laura Mendes de Oliveira Gomes.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 19 de março de 1953.

E eu, Raymundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — (a) Raymundo Honório.

(T. — 4928 — 27|3 e 3|4 Cr\$ 40,00)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. João Henrique Nunes e a senhorinha Izabel Alves dos Santos.

Ele diz ser solteiro, natural do Ceará, guarda civil, domiciliado nesta cidade e residente à Travessa Juvenal Cordeiro, 197, filho de Henrique Nunes Pereira e de Dona Maria José da Conceição.

Ela é também solteira, aturai do Pará, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Travessa Juvenal Cordeiro, 192, filha de João Maria dos Santos e de Dona Vitorina Alves dos Santos.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 19 de março de 1953.

E eu, Raymundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — (a) Regina Coeli Nunes Tavares.

(T. — 4875 — 20 e 27|3 Cr\$ 40,00)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Laurimar Alves Feitosa e a senhorinha Rita de Cassia Cunha Cavalcante.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Monte Alegre, funcionário autárquico, domiciliado nesta cidade e residente à Travessa Mauárti, 386, filho de Sebastião Alves Feitosa e de Dona Maria Melo Feitosa.

Ela é também solteira, natural do Ceará, Sobral, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Travessa da Estrela, 414, filha de Manoel Cunha Cavalcante e de Dona Maria Cunha Cavalcante.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 19 de março de 1953.

E eu, Raymundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — (a) Regina Coeli Nunes Tavares.

(T. — 4876 — 20 e 27|3 Cr\$ 40,00)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Emmanuel Raimundo de Oliveira Gomes e a senhorinha Lindvalda Ferreira da Silva.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará-Belém, comerciário, domiciliado nesta cidade e residente à Passagem Jabatiteua, 118, filho de Eugênio dos Santos Gomes e de Dona Laura Mendes de Oliveira Gomes.

Ela é também solteira, natural do Pará-Belém, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Passagem Jabatiteua, s/n., filha de Henrique Ferreira da Silva e de Dona Luzia Rodrigues da Silva.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 19 de março de 1953.

E eu, Raymundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — (a) Raymundo Honório.

(T. — 4927 — 27|3 e 3|4 Cr\$ 40,00)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. João Henrique Nunes e a senhorinha Izabel Alves dos Santos.

Fui presente, E. Sousa Filho. Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará-Belém, 26 de março de 1953. — Luiz Faria, secretário.

de Direito da sexta Vara Civil da Comarca da Capital do Estado do Pará, etc.

Faz saber aos que o presente editorial com o prazo de 10 dias virem, que a requerimento de Cipriano Lúcio da Costa, irá a público pregão de venda e arrematação, em primeira praça, na sala de audiências deste Juízo, no palacete do Forum, às 10 horas do dia 27 de março corrente, pelo porteiro dos auditórios, o seguinte bem móvel, penhorado para pagamento no executivo por notas promissórias que o requerente moveu contra José Nascimento de Sousa e Joana Hebe Santos Sousa: — Um ônibus, marca "Studebaker", chapa n. 34-41, da Inspetoria Estadual de Trânsito, denominado "Viagão Neuto", com capacidade para 29 passageiros, pintado de verde e amarelo com motor desmontado e com várias inutilizadas e com várias outras inexistentes. Col-

cado ao canto e parecendo de uma reforma integral e dispendiosa, dada a sua má conservação, avaliado em vinte e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 25.000,00).

Quem pretender arrematar o mencionado veículo, deverá comparecer no dia, hora e lugar acima designados a fin de dar o seu lance ao porteiro dos auditórios, devendo o aceito o de quem mais oferecer sobre a avaliação. O comprador pagará à banca o preço de sua aquisição, devendo também pagar os custos do escrivão e do porto, e demais despesas com a mesma, não que chegue ao conhecimento de todos os interessados será divulgado pelo Imprensa Oficial e jornal de grande circulação e fixado no lugar do costume. Dado e passado nesta cidade de Belém, do Pará, aos 11 de março de 1953. Eu, Lúcio Lopes Maia, escrivão, subscrito. — Dr. Milton Leão de Melo. (T. — 4863 — 17, 27|3 e 7|4 Cr\$ 150,00)

BOLETIM ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

JURISPRUDÊNCIA ACÓRDÃO N. 927

(Recurso n. 1659 — Goiás — Itu-

biara)

Recurso: o candidato

devidamente registrado em

qualidade para interpor re-

curso.

Vistos, etc.

Acordam os Juízes do Tribunal Superior Eleitoral, à unanimidade, conhecer do recurso e dar-lhe provimento, mandando que os autos dos processos aguardem na Secretaria o julgamento final de todos os recursos parciais de Goiás.

Entende o Tribunal que os candidatos, regularmente registrados têm qualidade para recorrer independentemente do delegado do Partido, por serem terceiros diretamente interessados, no sentido que lhe empresta o direito processual comum, subsidiariamente aplicável. Podendo mesmo acontecer que a decisão interesse a dois candidatos do mesmo Partido político e que este se esquivar a tomar parte na divergência.

Sala das Sessões do Tribunal Superior Eleitoral — Rio de Janeiro, em 27 de outubro de 1952 —

Edgard Costa, presidente — Afrânia Antônio da Costa, relator — com a seguinte declaração de voto:

A Jurisprudência do Tribunal evoluiu.

Como se vê das Resoluções ns.

1.942 e 1.961, de 26 e 28 de maio de

1947.

Somente se permitia recorrer para os Tribunais aos delegados de Partidos; nem mesmo aos candidatos individualmente era lícito fazê-lo (Resolução ns. 523, 563, de Janeiro de 1946 e 662, de 19 de março de 1946).

Entretanto, o argumento de que possam chocar-se os interesses de dois candidatos do mesmo Partido, sem que este queira intervir, parece-me decisivo no sentido de que ditos interesses não podem ficar ao desamparo. Por tal motivo entendo benéfica a presente orientação do Tribunal, dilatando aos candidatos a qualidade para recorrer. Allá, desde o caso Chagas Freitas — Benjamin Farah assim vem entendendo a Jurisprudência. Fui presente: Plínio de Freitas Travassos, procurador Geral.

Boletim Eleitoral n. 17, de dezembro de 1952, do T. S. E. (fls. 169-170).

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

GABINETE DO PRESIDENTE ATO N. 215

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, usando de suas atribuições, e tendo em vista a Circular n. 14, de 17 de julho de 1951, da Secretaria da Presidência da República, resolve

designar os funcionários Manoel Joaquim de Araújo Filho, oficial judiciário, classe J; Guiomar Sousa Vieira de Oliveira, oficial judiciário, classe H e Olgarina de Assis Bentos Cavaleiro de Maceió, dactilógrafo, classe G, para

organizarem, em comissão, a Loteria de Pregos n. 3/53, destinada à aquisição de Material Permanente (Livros, etc.).

Belém, 24 de março de 1953. — (a) Cícero Loureiro da Silva, presidente.

cutidos estes autos de exclusão, por falecimento, dos cidadãos Francisco Manoel Vicente, Manoel Pereira de Jesus, Francisco Barbosa de Araújo Filho e Maria Joana de Araújo, inscritos no 19.º Zona (Monte Alegre).

Acordam os Juízes do Tribunal Regional Eleitoral, por unanimidade de votos, cancelar o cancelamento da inscrição dos eleitores em apreço, de vez que foram preenchidas as formalidades legais, de acordo com o que preceitua o art. 41, §. 4º, combinado com o art. 4º da Lei n. 1.101, de 21 de junho de 1950.

Registre-se, publique-se e comunique-se ao juiz.

Palmeira, 21 de março de 1953. — (a) Francisco Barbosa de Araújo, relator — Arnaldo Lobo, substituto — Inácio Guerreiro, substituto — Dr. Milton Leão de Melo — Dr. Otávio Vieira de Oliveira — Dr. Cícero Loureiro da Silva. Fui presente, Otávio Vieira de Oliveira, Procurador Geral. (fls. 169-170).

JURISPRUDÊNCIA ACÓRDÃO N. 4.563

(Proc. 336-53)

Vistos, relatados e di-